



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Explicar as razões dos atrasos frequentes na abertura de concursos para os contratos públicos e imputar responsabilidades aos dirigentes para correcção dos maus hábitos

Em Macau, todos os contratos de adjudicação de serviços públicos estipulam prazos bem definidos, que devem ser fixados tendo em consideração o respectivo investimento, o tempo de vida dos equipamentos, etc., especialmente no caso da adjudicação de serviços exclusivos, em que, após o termo do contrato, todos os activos das operadoras revertem a favor do Governo da RAEM, por isso, o adjudicatário procede, em geral, à melhor alocação dos recursos humanos e equipamentos necessários, de acordo com o prazo da licença atribuída. Neste sentido, a abertura de concurso público e a adjudicação dos contratos de concessão exclusiva de serviços públicos, dentro do prazo e nos termos da lei, são deveres fundamentais do Governo. No entanto, nos últimos anos, só quando os contratos de muitos serviços públicos e concessões exclusivas estavam a prestes a terminar é que foram renovados apressadamente e por períodos curtos. É de salientar que a renovação temporária implica prazos curtos e, na maioria dos casos, a prolongação é feita com base nas condições inicialmente previstas, por isso, os projectos de investimento, recrutamento e desenvolvimento inicialmente previstos pelo adjudicatário são adiados, a actualização dos salários do pessoal atrasa-se, e o tempo para os cidadãos usufruírem das novas tecnologias e serviços também se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

prolonga, e mais, os novos investidores, que pretendiam participar nos concursos para concessão exclusiva ou para serviços públicos, também podem ver o ritmo de trabalho a ser interrompido, portanto, trata-se de uma situação em que todos saem a perder. Se os serviços responsáveis pela fiscalização dos referidos contratos não conseguem realizar atempadamente os concursos e as adjudicações, é evidente que não cumpriram as suas funções e responsabilidades, e isto demonstra que existem problemas no Governo, ao nível da gestão e da capacidade dos seus dirigentes.

Em Abril do ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou o “Regime do Serviço Público de Parques de Estacionamento”, e a partir de 1 de Maio do ano passado, o serviço público de parques de estacionamento passou a ser gerido provisoriamente pelo Governo, através da aquisição de serviços a curto prazo. A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) prometeu que ia exigir ao novo operador a disponibilização de novas formas de pagamento nos parquímetros, tais como a leitura de código através do “Simple Pay” e o pagamento à distância, mas o Governo afirmou, na Assembleia Legislativa, que, devido aos elevados custos do processamento das tarifas em numerário, o pagamento com moedas ia ser cancelado, mesmo antes da celebração do novo contrato de exploração. Em Junho do ano passado, a DSAT revelou que ia envidar todos os esforços para concluir, durante o ano de 2023, os trabalhos relativos ao concurso público para a criação e exploração de lugares de estacionamento tarifado (ou seja, parquímetros) nas vias públicas, e que o programa do concurso para o novo serviço de parquímetros já estava preparado, mas, em Janeiro deste ano, na resposta a uma interpelação escrita de um deputado, passou a afirmar que ia envidar esforços para que o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

processo de adjudicação ficasse concluído no primeiro semestre de 2024. Até agora, as autoridades ainda não avançaram com o concurso público, por isso, acredita-se que será difícil concluir o processo de adjudicação em menos de três meses.

Os atrasos frequentes na abertura de concursos não só destacam a confusão administrativa que existe no Governo, mas também afectam directamente o desenvolvimento social. Por exemplo, já não são emitidas licenças de táxis desde 2018, e até ao final de 2023, existiam em Macau 1520 táxis, menos 272 do que no final de 2020. Segundo os dados da DSAT, entre 2020 e 2024, vão expirar, sucessivamente, 700 licenças, ou seja, este ano vai haver uma redução de mais de 400 táxis, e com o aumento do número de turistas, é premente emitir novas licenças de táxis. Em Outubro do ano passado, as autoridades realizaram um concurso público para a concessão de 500 licenças normais de táxis com um prazo de 8 anos, previa-se que os respectivos táxis começassem a funcionar em Janeiro deste ano, mas, como houve vários problemas no processo do concurso, que foi alvo de críticas por parte de muitos concorrentes, só recentemente é que foram divulgados os resultados, por isso, o problema da falta de táxis vai manter-se por algum tempo.

O prazo do contrato de “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos de Macau” (adiante designada por “Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza das Ruas”), com a duração de 10 anos, terminou em finais de Março do corrente ano, mas o Governo não divulgou nenhum plano novo, só podemos ver na página electrónica da DSPA o resultado da adjudicação directa, com dispensa de consulta, de 4 de Março de 2024, da “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos de Macau” à CSR Macau -



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Companhia de Sistemas de Resíduos, Limitada, pelo período de 6 meses, pelo valor de 110 937 036,2 patacas. Trata-se, pois, de mais uma renovação por curto prazo. O contrato de concessão para a exploração do Matadouro de Macau, celebrado entre o Governo e a Matadouro de Macau, S.A., expirou em 4 de Junho de 2022, e foi assinado um contrato de alteração para a sua prolongação por dois anos, por isso, o contrato termina em 4 de Junho deste ano. O Matadouro tem problemas muito graves, sobretudo de funcionamento, envelhecimento dos equipamentos e falta de pessoal, por isso, já não consegue acompanhar o desenvolvimento social. Faltam apenas dois meses para o termo do contrato, mas, o Governo nunca divulgou informações nem efectuou qualquer consulta pública sobre o futuro rumo de funcionamento do Matadouro.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. A área dos transportes públicos é a que regista uma situação de atrasos nos concursos públicos mais grave. A forma de tratamento dada aos últimos concursos para a prestação de serviços de autocarros foi sempre a renovação temporária e por curto prazo dos contratos, e a morosidade no concurso para os táxis levou à redução significativa do número de táxis, afectando directamente a vida da população e o desenvolvimento económico. O Governo procedeu a alguma revisão das razões pelas quais os concursos públicos para os diversos serviços não conseguem ser concluídos atempadamente? De que medidas de melhoria dispõe o Governo para evitar que a situação se venha a repetir no futuro, especialmente nos concursos ou concessões dos serviços de transportes públicos que afectam a vida da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

população? Ainda não se vê a abertura do concurso público para a criação e exploração de lugares de estacionamento tarifado (ou seja, parquímetros) nas vias públicas, então, quando é que as autoridades vão iniciar o processo do concurso e concluir a adjudicação?

2. O contrato de “Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza das Ruas”, com a duração de 10 anos, foi renovado por um curto período de seis meses, mas não foi realizado o concurso público correspondente, nem foram divulgadas informações sobre o respectivo desenvolvimento. Porquê? Todos os contratos de adjudicação de serviços públicos estipulam prazos bem definidos, sendo por isso um dever fundamental dos serviços responsáveis pela fiscalização dos contratos concluir os concursos e a respectiva adjudicação antes de os contratos terminarem. Só quando os contratos de concessão exclusiva e de serviços públicos estão prestes a terminar é que é divulgada a sua renovação provisória e por curto prazo, e só após o termo dos contratos é que os mesmos são tratados. O Governo procedeu a alguma avaliação das razões disto?
3. O contrato de exploração do “Matadouro de Macau” termina no próximo mês de Junho. O Matadouro tem problemas muito graves, sobretudo relacionados com o seu funcionamento e o envelhecimento dos equipamentos, e a quantidade e a qualidade da produção também já não conseguem acompanhar o desenvolvimento da sociedade. De que planos concretos e calendarização dispõe o Governo para o funcionamento do Matadouro? Tendo em conta as necessidades e o desenvolvimento da sociedade, vai



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

definir pormenores no contrato para ser possível acompanhar a evolução dos tempos? E vai realizar o respectivo concurso público atempadamente e nos termos da lei? O Governo deve tomar a iniciativa de proceder à fiscalização, para os serviços competentes assegurarem a devida preparação e abrirem os concursos públicos antes de os contratos terminarem, para não serem adiados os concursos públicos e as adjudicações dos contratos de concessão exclusiva e de serviços públicos, assegurando-se assim o normal funcionamento e a transferência de pessoal sem sobressaltos. Já o fez? O Governo vai imputar as devidas responsabilidades aos serviços competentes e aos dirigentes responsáveis, por forma a corrigir os frequentes atrasos na abertura dos concursos públicos para os contratos de concessão exclusiva e de serviços públicos?

19 de Abril de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou